



## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RETIFICADO

<b>PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2024</b>	
<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024</b>	
<b>EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 02/2024</b>	
<b>OBJETO</b> Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de impressão (outsourcing), com fornecimento de equipamentos, manutenção corretiva e preventiva com substituição de peças, fornecimento de peças, componentes, suprimentos, demais materiais utilizados, insumos/consumíveis, exceto papel, sistema de gerenciamento de impressões, instalação, para atender às necessidades de impressão, digitalização e reprografia de documentos da Secretaria Municipal de Educação do Município de São Brás do Suaçuí/MG.	
<b>INÍCIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTA/DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b>  Dia 27/03/2024 às 08:00:00 (horário de Brasília)	<b>FIM DE RECEBIMENTO DE PROPOSTA/DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b>  Dia 10/04/2024 às 08:30:00 (horário de Brasília)
<b>INÍCIO DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS</b>  Dia 10/04/2024 às 08:30:00 (horário de Brasília)	<b>FIM DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS</b>  Dia 10/04/2024 às 08:59:59 (horário de Brasília)
<b>INÍCIO DA DISPUTA</b>  Dia 10/04/2024 às 09:00:00 (horário de Brasília)	<b>MODO DE DISPUTA</b>  Aberto
<b>ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL</b>  Até três dias úteis antes da data de abertura, devendo ser enviados	<b>INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES</b>



Pela plataforma do pregão eletrônico	R\$ 0,01 (um centavo)
<b>ESTE EDITAL É EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI).</b>	
<b>DELIBERAÇÃO E INSTRUÇÕES PARA CADASTRO NO SISTEMA PREGAO NET</b>	
<p><b>1. Para iniciar o cadastro no sistema eletrônico de pregão, será necessário o registro do fornecedor (EMPRESA) e seus respectivos representantes, conforme segue:</b></p> <p>a) Acessar o painel pregão eletrônico em <a href="https://saobrasdosuacui.licitapp.com.br//">https://saobrasdosuacui.licitapp.com.br//</a></p> <p>b) Selecionar a opção (ENTRAR), caso não possua acesso, escolher a opção (ainda não tenho cadastro, assim, será direcionado para a página http NovoUsuario). Feito isto, preencher os dados necessários e incluir os documentos solicitados pelo sistema.</p> <p><b>OBS: Lembrando que nesse primeiro momento o cadastro será referente à empresa (FORNECEDOR).</b></p> <p>c) Após a finalização do cadastro principal (FORNECEDOR), fazer o login para acessar o sistema;</p> <p>d) Em seguida preencher o nome e e-mail do representante (USUÁRIO) que irá dar andamento no sistema; automaticamente um CONVITE será enviado para o e-mail informado, para que o representante (USUÁRIO) faça a inclusão das informações necessárias e inicie a operacionalização do sistema.</p> <p><b>OBS: Sempre que a empresa quiser cadastrar um novo usuário (Representante para Sessão), será necessário fazer o login: com a opção FORNECEDOR, CNPJ e SENHA.</b></p> <p><b>ATENÇÃO:</b></p> <p><b>Para CADASTRAR A PROPOSTA e enviar a documentação o representante da empresa deverá logar com a opção Usuário/Representante, utilizando o CPF e Senha, pois, é com este perfil que será anexada a documentação, PREENCHIDA A PROPOSTA e enviados os lances eletrônicos da empresa que o credenciou.</b></p> <p>Ao acessar a plataforma de pregão eletrônico, disponível em <a href="https://saobrasdosuacui.licitapp.com.br//">https://saobrasdosuacui.licitapp.com.br//</a> o USUÁRIO notará que ao lado esquerdo da tela, estão disponibilizados manuais (tutorial), que poderão ser examinados a qualquer momento para consulta e saneamento de dúvidas.</p> <p><b>Para mais informações/dúvidas o interessado poderá contatar o Setor de Licitações pelo telefone (31) 3738-1570. Em caso de ligação é importante que a licitante evite se identificar ou identificar a empresa, assegurando, assim, o relevante sigilo de sua participação na licitação.</b></p>	



**1- REPARTIÇÕES INTERESSADAS:** Secretaria Municipal de Educação

**2- FORMA DE FORNECIMENTO:** Parcelada.

**3- DATA PREVISTA PARA INÍCIO DA DISPUTA:** dez de abril do ano de dois mil e vinte e quatro.

**4- DATA DA SESSÃO ELETRÔNICA E INÍCIO DOS TRABALHOS DE JULGAMENTO:**

**Data:** 10 de abril de 2024.

**Horário:** 09h00min (horário de Brasília).

**Endereço Eletrônico:** <https://saobrasdosuacui.licitapp.com.br//>

**4.1-** O Município de São Brás do Suaçuí, Estado de Minas Gerais, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 20.356.754/0001-96, com a Prefeitura Municipal, sediada na Av. Dr. Aprígio Ribeiro de Oliveira, nº 150, Centro, na cidade de São Brás do Suaçuí/MG, por seu Prefeito, Geraldino Pacheco de Oliveira Filho, torna público e leva ao conhecimento dos interessados que, por intermédio de sua Pregoeira e equipe de apoio designada pelo Decreto Municipal nº 3.188 de 28 de abril de 2023, torna público, que se acha aberta, a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, objetivando a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de impressão (outsourcing), com fornecimento de equipamentos, manutenção corretiva e preventiva com substituição de peças, fornecimento de peças, componentes, suprimentos, demais materiais utilizados, insumos/consumíveis, exceto papel, sistema de gerenciamento de impressões, instalação, para atender às necessidades de impressão, digitalização e reprografia de documentos da Secretaria Municipal de Educação do Município de São Brás do Suaçuí/MG, visando selecionar a proposta mais vantajosa para o Município, sob o critério de **MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE e MODO DE DISPUTA ABERTO**, que será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal de n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 "Código de Defesa ao Consumidor", Decreto Municipal de nº 3.174, de 23 de março de 2023, e demais normas aplicáveis à espécie, observado o contido neste Edital.

**4.2-** As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes na plataforma disponibilizada pelo Município.



**4.3-** A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico descrito no preâmbulo do edital em alhures, no dia e horário mencionados no preâmbulo deste Edital e serão conduzidos pela Pregoeira, com o auxílio da equipe de apoio, designados por Portaria do Executivo Municipal, juntada aos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

## **5- DO OBJETO**

**5.1-** O objeto do presente certame licitatório é selecionar propostas, pelo sistema de **PREGÃO ELETRÔNICO**, objetivando a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de impressão (outsourcing), com fornecimento de equipamentos, manutenção corretiva e preventiva com substituição de peças, fornecimento de peças, componentes, suprimentos, demais materiais utilizados, insumos/consumíveis, exceto papel, sistema de gerenciamento de impressões, instalação, para atender às necessidades de impressão, digitalização e reprografia de documentos da Secretaria Municipal de Educação do Município de São Brás do Suaçuí/MG, sob o critério de **MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE**, em conformidade com as descrições, especificações e quantitativos previstos no **Anexo I** deste Edital, denominado **TERMO DE REFERÊNCIA/DESCRIÇÃO DO OBJETO**, oriundo do Estudo Técnico Preliminar – ETP.

## **6- DO PROCESSAMENTO**

**6.1-** O processamento deste Pregão Eletrônico será conduzido pela Pregoeira, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo.

## **7- DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA “ABERTO”**

**7.1-** O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE**, observadas às especificações técnicas constantes do **Anexo I** e demais condições definidas neste Edital.

**7.1.1-** Será utilizado o modo de disputa “**ABERTO**”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, durante 10 (dez) minutos, e, após isso, será prorrogado automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública, nos termos Decreto Municipal de nº 3.174, de 23 de março de 2023.



**7.2-** As propostas deverão obedecer às especificações deste Edital e seus anexos que dele fazem parte indissociável.

## **8- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**8.1-** Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, desde que atendam às condições de habilitação estabelecidas neste instrumento.

**8.1.1** - Poderão participar dessa licitação empresas em consórcio, no teor do art. 15, da Lei Federal de nº 14.133/21, observando as seguintes normas:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

**8.1.2** - O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no art. 15, inciso I, da Lei Federal de nº 14.133/21.

**8.2-** Poderão participar também dessa licitação, organizações em forma de cooperativas, no teor do art. 16, da Lei Federal de nº 14.133/21.

**8.2.1** - Às organizações em forma de cooperativas, sua constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764,



de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

**8.3** - O presente edital concede tratamento diferenciado e favorecido as Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), aplicando-se os dispositivos legais previstos na sessão I, do capítulo V (acesso aos mercados) da Lei Complementar 123/2006 e alterações da Lei Complementar 147/2014.

**8.3.1-** São consideradas Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempresas - ME, as pessoas jurídicas que se adequem às disposições previstas no artigo 3º da Lei Complementar 123 de 2006 e Microempreendedor Individual - MEI, aquelas que preencham os requisitos do artigo 18-E da mesma Lei Complementar e suas posteriores alterações.

**8.3.2-** A Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), além da inserção de seu porte (ME ou EPP ou MEI) na plataforma do pregão eletrônico disponível na plataforma do Pregão, deverão informar também, a sua condição de ME ou EPP ou MEI, assinalando em declaração própria o seu enquadramento e/ou apresentando documento que comprove tal condição durante a fase de habilitação.

**8.3.3-** Caso a Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI) não proceda da forma estabelecida nos itens **8.3.2** e, interpretar-se-á como renúncia tácita aos benefícios da Lei Complementar de nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações dadas pela Lei Complementar 147/2014.

**8.3.4-** No que tange justifica na vinculação do princípio do planejamento das compras públicas, insculpido no art. 40, da Lei Federal de nº 14.133/21, que deverá ser observado pela Administração sempre que possível, tem o fito de compatibilizar especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia.

**8.3.5-** Tal princípio visa propiciar à discricionariedade da Administração Pública, uma consecução mais econômica e vantajosa de seus fins, servindo como instrumento de racionalização da atividade administrativa, com redução de custos e otimização da aplicação de recursos. Destarte que, com a padronização elimina variações tanto no tocante à seleção de produtos no momento da



contratação como também na sua utilização, conservação, assim, a administração buscará atender o princípio da eficiência, elencada no caput do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 40, inciso V, "a", da Lei Federal de nº 14.133/21.

**8.3.6-** A mera declaração como **ME** ou **EPP** ou **MEI** ou a efetiva utilização dos benefícios concedidos pela LC nº 123/2006 e sua alteração dada pela Lei Complementar 147/2014, por licitante que não se enquadrar na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a empresa à aplicação de sanção administrativa prevista neste Edital, sem prejuízo da responsabilização e demais cominações legais e penais em outras esferas.

**8.4-** Não poderá participar desta licitação empresa:

**8.4.1-** Suspensa ou impedida de licitar ou contratar com o Município de São Brás do Suaçuí;

**8.4.2-** Fornecedor declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como as que elas ou seus sócios estejam punidos com suspensão ou impedimento do direito de contratar ou licitar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

**8.4.3-** Empresas em recuperação judicial, cujo plano proíba a contratação com o Poder Público ou cujo plano não tenha sido, ainda, objeto de aprovação ou mesmo haja sido rejeitado pelo juízo recuperacional, nos termos do art. 52, da Lei nº 11.101/2005;

**8.4.4-** Que explore ramo diverso do objeto licitado;

**8.4.5-** Direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, no teor do art. 9º, §1º, da Lei Federal de nº 14.133/21.

**8.4.6-** Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais,





tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

**8.4.7-** Qualquer interessado que se enquadre nas hipóteses previstas no art. 14, da Lei Federal nº 14.133/2021;

I- autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**8.4.8.** A observância das vedações do subitem anterior é de responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.





**8.5-** A participação da licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste Edital e nos seus anexos, bem como das normas legais que disciplinam a matéria.

## **9- DA APRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

**9.1-** A licitante deverá realizar o credenciamento no endereço disponível no preâmbulo do instrumento convocatório, no sistema de pregão eletrônico do Município que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, sob pena de não credenciamento.

**9.2-** A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**9.3-** O credenciamento da licitante na plataforma do pregão eletrônico implica a presunção de sua capacidade e seu Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico e a responsabilidade legal pelos atos praticados.

## **10- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**10.1-** As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível na plataforma do pregão eletrônico do Município, desde a divulgação da íntegra do edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previstos, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do edital.

**10.1.1-** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º, da LC nº 123 de 2006.

**10.1.2-** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



**10.1.3-** Até o horário previsto para o fim do recebimento das propostas/documentos de habilitação, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

**10.1.4-** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**10.1.5-** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **10.2 - DO PREENCHIMENTO ELETRÔNICO/ENVIO DA PROPOSTA**

**10.2.1-** A proposta deverá ser cadastrada/informada no sistema de pregão eletrônico do Município, por meio da plataforma, em campo próprio.

**10.2.2-** A licitante, além do preenchimento eletrônico da proposta de preços, em formato digital na plataforma informando o **“VALOR TOTAL”** e a **“MARCA, se for o caso”, do(s) item(ns) pretendido(s)**, DEVERÁ anexar também, exclusivamente por meio do sistema da plataforma eletrônica, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital, sua **PROPOSTA FORMAL EM MODELO PADRÃO** de acordo com o **Anexo II** deste Edital, com a descrição do objeto ofertado, devidamente preenchida, sob pena de inabilitação, a qual deverá conter os seguintes elementos:

**10.2.2.1-** Razão social, endereço e CNPJ da licitante;

**10.2.2.2-** Número do Processo Licitatório e deste Pregão Eletrônico;

**10.2.2.3- PREÇO UNITÁRIO e PREÇO TOTAL**, de cada item, em moeda corrente nacional, em conformidade com o **Anexo II** deste Edital, sem inclusão de encargo financeiro ou previsão inflacionária;

**10.2.2.4- “MARCA”** dos produtos, *quando for o caso*;



**10.2.2.4.1- NÃO SERÃO EXIGIDAS AS INSERÇÕES DE “MARCA” PARA OS PRODUTOS DE FABRICAÇÃO PRÓPRIA/MARCA PRÓPRIA;**

**10.2.2.5-** Prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, sendo considerado este o prazo, nos casos em que inexistir a menção na proposta da licitante.

**10.2.3-** A proposta de preços deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, digitada ou datilografada ou manuscrita legível, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e deverá ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou por procurador, devidamente representado, devendo ser apresentada em uma única via.

**10.2.4-** Nos preços propostos deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a prestação do serviço objeto da presente licitação, compreendendo a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, inclusive embalagem, frete, carregamento e descarregamento, tributos e encargos sociais, ônus previdenciários e trabalhistas, seguro, demais encargos e acessórios incidentes sob o fornecimento do objeto.

**10.2.5-** A licitante que deixar de anexar o arquivo da proposta escrita na plataforma, será declarada **DESCCLASSIFICADA** pela Pregoeira.

**10.2.5.1** - Serão desclassificadas as propostas, com fundamento no art. 59, da Lei Federal de nº 14.133/21 que:

- I - contiverem vícios insanáveis;
- II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

**10.2.6-** Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

**10.2.7-** Não será admitida proposta que não atenda aos quesitos do(s) item(ns) constante(s) no Anexo I deste Edital.

**10.2.8-** Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos, **contendo 02 (duas) casas decimais, relativas à parte dos centavos.**

**10.2.9-** Todas as especificações estabelecidas para o objeto será tacitamente aceita pela licitante, no ato da entrega de sua Proposta Comercial.

**10.2.10-** O encaminhamento da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste Edital.

**10.2.11-** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste edital, ocorrerá por meio de chave de acesso (login) e senha.

**10.2.12-** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

**10.2.13-** Apresentada a proposta de preços pela licitante, após abertura da sessão pública, não poderá haver desistência da mesma, integralmente ou parcialmente, salvo por motivo superveniente e de alta relevância, o que será decidido motivadamente pela Pregoeira.

**10.2.14-** A proposta e os lances deverão referir-se ao **PREÇO TOTAL DO LOTE.**

**10.2.15-** Será considerada vencedora a licitante que apresentar o **MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE.**

**10.2.17-** A Administração poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras,



exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico, com fundamento no art. 17, § 3º, da Lei Federal de nº 14.133/21.

## **11- DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

**11.1-** A licitante deverá anexar os documentos para habilitação plataforma do pregão eletrônico, em campo próprio, sob pena de inabilitação do certame público.

**11.2-** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**11.3-** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

## **12- DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

**12.1-** As licitantes deverão anexar em formato digital no sistema de pregão eletrônico, em tempo hábil, a documentação relacionada para “Habilitação”, no teor do art. 62 e art. 63, da Lei Federal de nº 14.133/21, **COMO CONDIÇÃO PARA SUA HABILITAÇÃO.**

**12.1.1 -** Na análise dos documentos de habilitação, à pregoeira juntamente com sua equipe de apoio, poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, no teor do art. 64, § 1º, da Lei Federal de nº 14.133/21.

**12.1.2 -** As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos, no teor do art. 68 e seguintes da Lei Federal de nº 14.133/21 os quais dizem respeito a:

### **I - HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**a)** Registro comercial ou requerimento de empresário, no caso de empresa individual;



b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social com a última alteração ou alteração contratual consolidada, em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;

d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

## **II - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, com situação ativa;

b) Certidão de Regularidade de situação com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei, em validade;

c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Fazenda Nacional junto a Fazenda Federal e Procuradoria da União, que abrange inclusive a regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), ou positiva com efeitos de Negativa, em validade;

d) Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, referente ao FGTS, em validade;

e) Certidão Negativa de Débitos, ou positiva com efeitos de negativa, junto à Fazenda Pública do Município onde estiver instalada a sede ou filial da licitante que fornecerá os produtos à Prefeitura Municipal ou outra prova equivalente na forma da lei, em validade;



f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, ou positiva com efeitos de negativa, em validade.

### III - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo Cartório do Distribuidor da Justiça Estadual da sede da licitante, em plena validade, emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data de apresentação, ou ainda Certidão Judicial Cível Negativa expedida pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais por meio do Sítio Eletrônico do TJMG, pertinente à Comarca onde estiver instalada a matriz da licitante;

b) As empresas que se encontrem em situação de recuperação judicial deverão apresentar o Plano de Recuperação, homologado pelo juízo competente e em pleno vigor. Ademais, em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, no teor do art. 69, inciso I, da Lei Federal de nº 14.133/21.

### IV - COMPROVAÇÕES TÉCNICAS E OUTRAS:

a) DECLARAÇÃO UNIFICADA subscrita pelo representante legal da licitante, conforme Anexo III deste Edital;

b) Para a licitante enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), **DEVERÁ** apresentar a CERTIDÃO SIMPLIFICADA, **emitida com a antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data da abertura da licitação**, pela Junta Comercial do domicílio da proponente ou equivalente, onde conste o seu enquadramento (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), para fins das prerrogativas da Lei Complementar n.º 123/2006 e n.º 147/2014.





### 13- DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

**13.1-** Os documentos de habilitação relacionados no item 12.1, incisos I, II e III, poderão ser substituídos por qualquer **Certificado de Registro Cadastral** de ente público **“C.R.C., SICAF”**, desde que o cadastro esteja vigente e conste a documentação solicitada neste Edital e suas respectivas validades (quando se tratar de documento vencível) e este certificado deverá ser anexado na plataforma eletrônica do pregão eletrônico, em formato digital, em campo próprio **“Documentos de Habilitação”**, sob pena de inabilitação.

**13.1.1- Caso alguma certidão negativa constante no Certificado de Registro Cadastral de ente público, ou no “C.R.C./SICAF” estiver com o prazo de validade expirada; ou caso o Certificado de Registro Cadastral de ente público, ou “C.R.C./SICAF” não contemple toda a documentação de habilitação exigida neste Edital, a licitante deverá anexar a certidão/documentação atualizada como complemento ao Certificado apresentado, sob pena de inabilitação.**

**13.2-** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual/MG, disponível em <https://www.cagef.mg.gov.br/fornecedor-web/br/gov/prodemge/seplag/fornecedor/publico/index.zul>

b) “Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica” disponibilizada pelo TCU abrangendo “Certidão de Inidôneos - Licitantes Inidôneos; Certidão de CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; Certidão de CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Certidão de CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas”, disponível em <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>

c) Lista de empresas impedidas ou suspensas de participar de licitações com a administração pública do Município de São Brás do Suaçuí/MG.



**13.2.1-** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante por força do artigo 12, da Lei n.º 8.429, de 1992, em cumprimento ao dispositivo legal.

**13.2.2-** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**13.2.3-** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**13.2.4-** A licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.

**13.2.5-** Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará a licitante inabilitada do presente certame, por falta de condição de participação.

**13.2.6-** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**13.2.7-** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação das licitantes enviada/anexada em formato digital, na plataforma do pregão eletrônico, será verificada para análise de pleno cumprimento das exigências editalícias.

**13.3-** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas para fins de habilitação, serão aceitas como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

**13.4-** Sob pena de **inabilitação**, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

**a)** se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da **matriz**;

**b)** se a licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da **filial**;



c) se a licitante for **matriz**, e o **executor** do contrato for a **filial**, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da **matriz** e da **filial**, **simultaneamente**;

d) serão dispensados da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da **matriz**.

e) A Certidão Negativa de Falência ou Concordata deverá se referir à matriz da licitante.

**13.5-** Os documentos exigidos neste edital deverão ser inseridos/anexados no endereço eletrônico do pregão eletrônico.

**13.6-** Havendo dúvidas quanto à autenticidade dos documentos, à Comissão promoverá diligências necessárias, e à licitante será intimada para promover e prestar às informações necessárias, no teor do art. 64, da Lei Federal de nº 14.133/21, sob pena de desclassificação.

**13.7-** A licitante é responsável pelas informações prestadas, sendo motivo de inabilitação a prestação de informações falsas ou que não reflitam a realidade dos fatos. A inabilitação ou desclassificação poderá ocorrer no caso de a Pregoeira vir tomar conhecimento de fato que desabone a idoneidade da licitante que comprove a falsidade das informações prestadas ou qualquer outro que contrarie as disposições contidas neste Edital.

**13.8-** Os documentos não apresentados na plataforma do pregão eletrônico do Município, não serão considerados pela Pregoeira.

**13.9-** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, à Pregoeira suspenderá a sessão, informando no **“chat”** a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**13.10-** Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para a contratação, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos.

## **14- DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO**

**14.1-** No dia e horário indicados no preâmbulo deste edital, será aberta a sessão de processamento deste Pregão Eletrônico.



**14.2-** Será utilizado o modo de disputa “ABERTO”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, durante 10 (dez) minutos, e, após isso, será prorrogado automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública, nos termos Decreto Municipal de nº 3.174, de 23 de março de 2023

**14.3-** A análise das propostas pela Pregoeira visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, sendo desclassificados os itens das propostas que:

**14.3.1-** cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições estabelecidos neste Edital;

**14.3.2-** que não contiverem o PREÇO TOTAL do lote;

**14.3.3-** que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, ou superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no artigo 59, incisos, I, II, III, IV e V, da Lei Federal nº 14.133/21;

**14.3.4-** que apresentarem preços baseados exclusivamente em proposta das demais licitantes;

**14.3.5-** que de alguma forma identifique a licitante;

**14.3.6-** que deixar de apresentar a proposta escrita/formal no portal do pregão eletrônico do Município, e anexada, exclusivamente, por meio do sistema da plataforma eletrônica, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital, em modelo padrão de acordo com o Anexo II deste Edital, com a descrição do objeto ofertado, devidamente preenchida, sob pena de inabilitação.

**14.4-** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**14.5-** Para fins de julgamento serão desprezadas as casas decimais que excedam a 02 (duas) no preço unitário do item.



**14.6-** Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

**14.7-** As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

**14.7.1-** Para efeito de seleção será considerado o **PREÇO TOTAL DO LOTE**.

**14.8-** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo VALOR TOTAL DO LOTE, com o máximo de duas casas decimais, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras de aceitação dos mesmos estabelecidas neste Edital.

**14.9-** A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

**14.10-** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

**14.11-** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

**14.12-** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**14.13-** A aplicação do valor do lance incidirá sobre o **VALOR TOTAL DO LOTE**.

**14.14-** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 10 (dez) minutos. Após esse prazo, o sistema realiza prorrogações automáticas, quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos, inclusive nos casos de lances intermediários.

**14.15-** Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema poderá a Pregoeira, assessorada pela equipe de apoio do pregão, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, para assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, nos termos do artigo 11, da Lei Federal de nº 14.133/21.



**14.16-** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**14.17-** Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**14.18-** No caso de desconexão do sistema do pregão, à Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**14.19-** Quando a desconexão do sistema eletrônico, persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa pela Pregoeira e reiniciada somente depois de decorridas **24 (vinte e quatro horas)** da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação, e publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município.

**14.20-** Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

**14.20.1 -** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

1.1.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

1.1.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

1.1.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

1.1.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



**14.20.2** - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

1.1.1.5. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

1.1.1.6. Empresas brasileiras;

1.1.1.7. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

1.1.1.8. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**14.21-** Depois de encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**14.22-** A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes. Após a negociação, a Pregoeira examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

**14.23-** A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante.

**14.24- Considerada aceitável a oferta de menor preço, será concedido o prazo de até DUAS HORAS, contadas da solicitação pela Pregoeira no sistema, para envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação, dos documentos de habilitação e, se necessário, de documentos complementares para confirmação daqueles exigidos neste Edital.**





**14.25-** Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

**14.25.1-** substituição e apresentação de documentos;

**14.25.2-** verificação de informações por meio eletrônico.

**14.26-** A validade dos documentos a que se referem às alíneas “c”, “d” e “f” do inciso II, do item 12.1 deste Edital será certificada na Internet pela Pregoeira, devendo ser comprovadas as autenticidades e veracidade dos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

**14.27-** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da verificação.

**14.28-** Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

**14.29-** Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, a Pregoeira examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o representante da sua autora, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

**14.30-** Enquanto estiver ausente o representante da licitante da sessão pública, serão excluídos da disputa os itens da sua proposta.

**14.31-** Na análise das propostas não será considerada qualquer oferta de vantagem.

**14.32-** A Pregoeira, no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis que não afetem o seu conteúdo.



**14.33-** Caso seja necessário, a Pregoeira poderá suspender a sessão do Pregão, a qualquer momento, para realização de diligências, designando nova data para sua continuidade, ficando intimados, no mesmo ato, os licitantes credenciados na plataforma do Pregão Eletrônico do Município.

**14.34-** Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

**14.35-** Não sendo apregoado o objeto da presente licitação no dia da sua abertura, à Pregoeira designará nova data para continuação dos trabalhos.

**14.36-** A Administração Pública poderá revogar total ou parcialmente a presente licitação, por interesse público ou anulá-la por ilegalidade, por meio de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do artigo 71, da Lei Federal de nº 14.133/21, assegurada a prévia manifestação dos interessados, no teor do diploma legal.

## **15- DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**15.1-** Às microempresas e empresas de pequeno porte que participarem deste certame será dispensado tratamento diferenciado, na forma da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, a saber:

**I -** Elas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

**II -** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa;

**III -** A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento devidamente fundamentado, a ser dirigido a Pregoeira;



**IV** - Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado até o último dia do prazo inicialmente concedido;

**V** - A não regularização da documentação no prazo previsto no inciso anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal de nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação;

**VI** - É assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte;

**VII** - Entende-se por empate, para os efeitos do inciso anterior, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

**VIII** - Para efeito do disposto nos incisos VI e VII, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

**a)** a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

**b)** não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do inciso VII, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**IX** - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no inciso VII, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

**X** - Na hipótese da não contratação nos termos previstos neste item, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;



**XI** - O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

**XII** - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

## **16- DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**16.1-** No final da sessão o representante da licitante que desejar recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente<sup>1</sup> a sua intenção de fazê-lo, no prazo de **20 (vinte) minutos**, em campo próprio do sistema de Pregão Eletrônico do Município, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos; após, abrir-se-á o prazo de 03 (três) dias para apresentação de memoriais das razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, no teor do art. 165 e seguintes da Lei Federal de nº 14.133/21.

**16.1.1-** As razões e contrarrazões do recurso deverão ser elaboradas por escrito e dirigidas à Pregoeira, apresentadas/anexadas por meio do sistema eletrônico, na aba "Recurso" da plataforma do pregão eletrônico, sob pena de não conhecimento.

**16.2-** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento, nos termos do § 3º, do art. 165, da Lei Federal de nº 14.133/21.

**16.3-** A ausência de manifestação do representante da licitante, nos termos do art. 165, §1º, inciso I, da Lei Federal de nº 14.133/21, importará:

**16.3.1-** a decadência do direito de recurso;

---

<sup>1</sup> Acórdão n.º 1.440/2007-Plenário, constata-se que o Tribunal de Contas da União exige certa qualificação da motivação de intenção recursal, de modo que os motivos apresentados pelo licitante possuam, em tese, "um mínimo de plausibilidade para seu seguimento", permitindo ao julgador rejeitar intenções de cunho meramente protelatório



**16.3.2-** a adjudicação do objeto do certame pela autoridade competente à licitante vencedora;

**16.3.3-** o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

**16.4-** Interposto o recurso, à Pregoeira poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento do recurso, nos termos do art. 165, §2º, da Lei Federal de nº 14.133/21.

**16.5-** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento.

**16.6-** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento, no teor do art. 168, da Lei Federal de nº 14.133/21.

**16.7-** A adjudicação será feita àquela licitante que apresentar o **MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE**.

## **17- DO PRAZO, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO**

**17.1-** Os serviços objeto desta licitação deverão ser prestados de forma parcelada e na medida da necessidade da Secretaria Municipal de Educação, quando requisitados diretamente em seu estabelecimento ou ainda agendado com no mínimo 05 (cinco) dias com antecedência, para instalação dos equipamentos nos locais indicados pela Prefeitura Municipal através de Requisição própria.

**17.2-** Os serviços deverão ser prestados no Município de São Brás do Suaçuí/MG, especificamente no local indicado na Ordem de Compra expedida pela Prefeitura Municipal, podendo ser tanto na zona urbana quanto na zona rural do Município, correndo por conta da contratada, as despesas decorrentes da prestação dos serviços, entre elas o transporte, embalagem, taxas e impostos, embarque e desembarque da mercadoria, fornecimento de equipamentos,



manutenção corretiva e preventiva com substituição de peças, fornecimento de peças, componentes, suprimentos, demais materiais utilizados, insumos/consumíveis, exceto papel, sistema de gerenciamento de impressões, instalação, mão de obra e seus encargos sociais e trabalhistas.

**17.3-** Os equipamentos deverão ser instalados nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Educação e de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência/Descrição dos Serviços e ainda respeitando o que consta no item 20.1.

**17.4-** Os serviços serão prestados sob a responsabilidade exclusiva da licitante adjudicatária, que deverá atender às normas expedidas pelos órgãos que regulamentam tal fornecimento.

**17.5-** A licitante vencedora obriga-se a prestar os serviços de acordo com as especificações discriminadas no Termo de Referência/Descrição do Objeto (**Anexo I**), e nas quantidades solicitadas, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste instrumento convocatório.

**17.6-** A "Ordem de Compra" será enviada à empresa Contratada via e-mail ou qualquer outro meio idôneo.

## **18- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

**18.1-** Por ocasião da entrega dos serviços, a licitante adjudicatária deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número da identidade do servidor da Administração responsável pelo recebimento.

**18.2-** No ato da entrega dos serviços será realizada inspeção das características dos equipamentos e demais.

**18.3-** Constatadas irregularidades nos serviços fornecidos, a Administração poderá:

**18.3.1-** se disser respeito à especificação, rejeitá-los no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;



**18.3.2-** se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**18.4-** Nas hipóteses de substituição ou complementação, a licitante adjudicatária deverá fazê-las em conformidade com a indicação da Administração, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contadas da notificação por escrito, sem alteração no preço.

**18.5-** O recebimento definitivo dos produtos dar-se-á no prazo de 02 (dois) dias úteis após o recebimento provisório, uma vez verificadas as perfeitas condições dos mesmos, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou recibo, firmado pelo servidor responsável.

## **19- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

### **19.1- DO PRAZO DE PAGAMENTO**

**19.1.1-** Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, respeitando à ordem cronológica de pagamento, a contar do recebimento definitivo dos serviços e emissão da respectiva nota fiscal emitida pela empresa contratada, com a indicação da conta bancária no Banco do Brasil S/A ou, se optar, via boleto bancário, tendo as despesas respaldo nos elementos orçamentários constantes do orçamento geral do Município.

**19.1.2-** As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à licitante adjudicatária e seu vencimento ficará prorrogado pelo prazo que durar o saneamento das incorreções.

**19.1.3-** O pagamento será feito mediante crédito em conta no Banco do Brasil S/A e via boleto bancário, cuja titularidade seja da licitante.

**19.1.4-** Constatadas irregularidades na prestação dos serviços, o pagamento ficará sobrestado até que sejam apuradas as responsabilidades pelas irregularidades, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**19.1.5-** A Prefeitura Municipal poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Pregão.





**19.1.6-** Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou previdenciária, sem que isso gere direito à alteração de preços ou compensação financeira por atraso de pagamento.

**19.1.7-** Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, o FORNECEDOR dará ao MUNICÍPIO plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

**19.1.8-** A Administração Municipal solicitará a prestação dos serviços de acordo com as demandas da Secretaria Municipal de Educação.

## **20- INSTRUMENTALIZAÇÕES DA COMPRA**

**20.1-** Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município emitirá Requisição de Empenho e Ordem de Compra, de acordo com as necessidades da secretaria requisitante.

**20.2-** A licitante vencedora deverá estar em dia com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS e com o INSS, entre outras.

**20.3-** A recusa injustificada da licitante vencedora em fornecer os produtos dentro do prazo estabelecido, sujeitá-la-á a aplicação das penalidades previstas na cláusula das SANÇÕES ADMINISTRATIVAS deste edital.

**20.4-** A Ordem de Compra e a Nota de Empenho poderão ser canceladas pela Administração nas seguintes hipóteses:

a) unilateralmente, nos termos da legislação pertinente, em especial pela ocorrência de uma das hipóteses contidas no artigo 104, da Lei 14.133/21 e alterações;

b) bilateralmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada da CONTRATANTE, após acordo entre as partes;

c) judicialmente, nos termos da legislação.

## **21- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**



**21.1-** As despesas decorrentes deste certame correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias constantes do orçamento do Município para o ano de 2024:

02.007.002.12.361.0211.2.028 – Manutenção do Ensino Fundamental;

Elemento da Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

## **25- DAS SANÇÕES**

**25.1-** A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**22.2-** Pela inexecução total ou parcial do objeto pela adjudicatária, a Administração Municipal poderá aplicar-lhe as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

**22.2.1-** Advertência;

**22.2.2-** Multa nos seguintes percentuais, aplicáveis na ocorrência de descumprimento das cláusulas contratuais:

**22.2.2.1-** Em caso de atraso superior a 24 (vinte e quatro) horas no fornecimento dos produtos, depois de recebida a Ordem de Compra, a adjudicatária pagará multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor global estimado do Contrato, limitado a 3,5% (três vírgula cinco por cento) e o prazo de 07 (sete) dias.

**22.2.2.2-** Ultrapassado o prazo de sete dias previsto na cláusula **22.2.2.1**, a Administração Municipal poderá rescindir o contrato e aplicar a multa de **20% (vinte por cento)** incidente sobre o valor global estimado do Contrato, acumulado com a multa prevista na cláusula **22.2.2.1**.

**22.2.2.3- Multa de 30% (trinta por cento)** incidente sobre o valor global estimado do Contrato na ocorrência das seguintes hipóteses:



a) não atendimento das especificações dos produtos que acarrete perda dos mesmos ou acarrete atraso no atendimento da Secretaria requisitante;

b) não atendimento das especificações do(s) produto(s) sem que a contratada providencie a substituição ou complementação dos mesmos;

c) não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei n.º 14.133/21, com alterações, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores.

**22.2.2.4-** Na hipótese da licitante vencedora, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão por culpa ou dolo, lhe será aplicada multa no valor de **35% (trinta e cinco por cento)** incidente sobre o valor global estimado do Contrato.

**22.3-** Os valores das multas poderão ser descontados de possíveis créditos que a Contratada tenha juntado à Administração.

**22.4-** Constituem motivo para rescisão do Contrato:

I - não cumprimento de cláusulas, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão no início da prestação dos serviços;

IV - o atraso injustificado no início da prestação dos serviços;

V - a paralisação da prestação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no Contrato;



VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;

VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do artigo 107, "b" da Lei reiterado de faltas;

IX - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

X - a dissolução da sociedade;

XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato;

XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato ou a Ata de Registro de Preços;

XIII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução da Ata;

XIV - descumprimento do disposto no artigo 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68 e 69 da Lei Federal de nº 14.133/21, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

**22.5-** Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**22.6-** A rescisão do Contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII da cláusula anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;



III - judicial, nos termos da legislação.

**22.7-** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**2528-** Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

**22.9-** Em caso de rescisão do Contrato decorrente desta licitação, poderá a Administração Municipal reter créditos decorrentes até o limite dos prejuízos causados à Administração.

## **23- DAS CONSULTAS E IMPUGNAÇÃO**

**23.1-** Este Edital será publicado:

**23.1.1-** Integralmente, com os seus anexos, no link “Licitações”, sub link “Licitações 2024 - Pregão” do sítio eletrônico: <https://www.saobrasdosuacui.mg.gov.br/> e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

**23.6.1.2-** Em síntese, no Diário Oficial Eletrônico do Município.

**23.2-** Qualquer modificação neste Edital será divulgada pela mesma forma que se deu o texto original.

**23.3-** As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site da Prefeitura Municipal e as publicações no Diário Oficial Eletrônico do Município e no Diário Oficial “Minas Gerais”, *quando for o caso*, com vistas a possíveis alterações e avisos.

**23.4-** Impugnação aos termos do Edital deverá ser encaminhada por forma eletrônica, pela plataforma do pregão eletrônico obrigatoriamente, e estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de



representação da impugnante, sob pena de ilegitimidade ativa, **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, sob pena de preclusão do direito.

**23.5-** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados à Pregoeira, exclusivamente por meio eletrônico, pela plataforma do pregão eletrônico **(três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, sem indicação de qualquer tipo de expressão ou caractere que identifique a licitante, para fins de garantia do anonimato e impessoalidade durante as fases subsequentes do certame.

**23.5.1-** A Pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos e decidirá sobre impugnação no prazo de **até 02 (dois) dias úteis**, contados da data de recebimento do pedido.

**23.6-** A Prefeitura Municipal não se responsabiliza por impugnações endereçadas via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado ou ainda entregues fora do prazo.

**23.7-** A decisão da Pregoeira será enviada ao impugnante via e-mail ou qualquer outro meio idôneo.

**23.8-** Acolhida a petição, será designada nova data para a realização do certame.

**23.9-** Será indeferida de plano a petição infundada, que tenha por finalidade apenas procrastinar o certame.

## **24- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**24.1-** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor do interesse público e da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam a finalidade e a segurança da contratação.

**24.2-** Das sessões públicas de processamento deste Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem certificadas eletronicamente pela Pregoeira, Membros da Equipe de Apoio e licitante e disponibilizadas na plataforma eletrônica.



**24.3-** O(s) documento(s) de habilitação apresentado(s) pelas licitantes, a qualquer tempo, se for necessário, poderá a Comissão do Pregão requisitar informações e conferidas suas autenticidades.

**24.4-** O resultado deste certame será divulgado no Diário Oficial Eletrônico do Município, além na plataforma <https://saobrasdosuacui.licitapp.com.br//> e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

**24.5-** Os demais atos atinentes a esta licitação passíveis de divulgação serão publicados no Quadro de Avisos ou no Diário Oficial Eletrônico do Município.

**24.6-** O inteiro teor do processo eletrônico ficará à disposição para quaisquer interessados no Departamento de Licitações e Contratos.

**24.7-** O Departamento de Tecnologia da Informação do Município dará a destinação e arquivamento digital do processo licitatório, de forma segura e acessível aos dados.

**24.8-** A licitante adjudicatária que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de São Brás do Suaçuí (MG) e será descredenciada no cadastro de fornecedores pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

**24.9-** Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pela Pregoeira.

**24.10-** Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

**ANEXO I** - Termo de Referência/Descrição do Objeto/ Estudo Técnico Preliminar;

**ANEXO II** - Modelo Padrão de Proposta de Preços;

**ANEXO III** - Declaração Unificada;





**ANEXO IV - Minuta da Ata de Registro de Preços/Contrato.**

**24.11-** A Pregoeira poderá desclassificar proponentes por ato fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, caso comprove qualquer fato que desabone a idoneidade, capacidade administrativa ou ausência de documentação exigida no presente Edital.

**24.12-** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Entre Rios de Minas (MG).

**24.13-** A quantidade apresentada no Termo de Referência/Descrição do Objeto é meramente informativa, não se obrigando a Administração a realizar a contratação nas quantidades indicadas.

**24.14-** As marcas comerciais dos materiais e/ou equipamentos constantes nos projetos, nas especificações técnicas, nos memoriais ou nos orçamentos, quando citadas, são protótipos comerciais que servem, exclusivamente, para indicar o tipo de material a empregar. Portanto, serão aceitos materiais/equipamentos com qualidade, característica e tipo "equivalentes" ou "superiores".

**24.15-** O cumprimento das condições exigidas no TERMO DE REFERÊNCIA/DESCRIÇÃO DO OBJETO - **Anexo I** deste Edital poderá ser fiscalizado por servidor designado ou por Comissão Instituída pelo Poder Executivo Municipal.

São Brás do Suaçuí/MG, 25 de março de 2024.

**Geraldino Pacheco de Oliveira Filho**  
**Prefeito Municipal**

Este edital se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria, nos termos do art. 53, § 1º, da Lei de nº 14.133/21. Dilmo Elberte Romão - OAB/MG Nº 189.822.



**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2024**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2024**  
**EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 02/2024**

**- ANEXO I –**

**TERMO DE REFERÊNCIA/DESCRIÇÃO DO OBJETO**

**1- OBJETO**

**INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

**1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A Secretaria Municipal de Educação, dentre outras atribuições, é responsável pela guarda e emissão dos mais diversos documentos relacionados à atividade da Administração Pública Municipal, além de confeccionar materiais didáticos para fornecimento aos alunos e professores.

A necessidade da contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de outsourcing de impressoras na Secretaria Municipal de Educação se dá pela necessidade da simplificação da gestão de tais equipamentos que são necessários diariamente. A não contratação dos serviços poderá ocasionar os seguintes prejuízos: no curto prazo: Paralisação da impressão de documentos que necessitem de guarda em meios físicos e emissão de documentos impressos, Paralisação da confecção de materiais didáticos e; e, no longo prazo: prejuízos diversos na confiabilidade do acervo de documentos do Município de São Brás do Suaçuí/MG e prejuízos diversos na educação dos alunos da rede municipal de ensino do Município.

A presente demanda tem como objetivo a economicidade das verbas da Administração Pública, através da contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de impressão corporativa, cedendo à contratada a responsabilidade pelo fornecimento dos equipamentos de impressão, realização de assistência nas máquinas e pela distribuição dos insumos necessários, proporcionando alta disponibilidade do serviço de impressão, sem a necessidade da realização de processos licitatórios inerentes para a compra de peças e insumos.



## **2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

Os itens desta solução constam na listagem do Plano Anual de Contratação vigente da Prefeitura Municipal de São Brás do Suaçuí, MG. Assim, demonstram o alinhamento entre a aquisição e o planejamento.

## **3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Outsourcing de impressoras monocromáticas laser A4 com tinta e sem papel a serem instaladas na Sede da Escola Municipal Amélia d'Anunciação Pyramo, CMEI "Criança Feliz" e NAEE, conforme sejam necessárias.

No caso, trata-se de serviços de natureza continuada e enquadram-se como serviço comum.

Deve se adaptar às mudanças nas necessidades. Incluindo adições ou remoções de equipamentos, bem como alterar os níveis de suporte técnico, conforme necessário.

No curso do contrato, o CONTRATANTE poderá alterar a localização dos pontos de atendimento, inclusive a área utilizada pela CONTRATADA. A empresa contratada deve ter uma equipe técnica qualificada e experiente para fornecer suporte técnico de qualidade, garantindo que os equipamentos estejam sempre funcionando corretamente e que quaisquer problemas sejam resolvidos em, no máximo, 1 dia útil.

Para a execução dos serviços a empresa deverá dispor de infraestrutura de produção de documentos e fornecerá equipamentos que deverão estar em perfeitas condições de uso, assim como o fornecimento de materiais de consumo, exceto papel.

As impressoras deverão estar conectadas na rede do local onde estiverem instaladas (preferencialmente por wifi), com IP fixado tanto no equipamento, quanto pela equipe de TI que deverá indicar o IP a ser usado em cada equipamento previamente.

Nos preços apresentados deverão estar incluídas todas as despesas com mão de obra, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas, diretas e indiretas, inclusive lucro, necessários à perfeita execução dos serviços.

O controle de custos deverá ser feito sem o uso de equipamento do contratante e deverá ser fornecido, pela contratada, acesso (leitura somente) ao sistema de controle de impressões para



fiscalização e conferência a quantos usuários forem solicitados pela Administração Municipal.

Os pagamentos serão devidos mensalmente, somados os valores fixos pelos equipamentos disponibilizados, os valores da produção unitária das cópias e impressões monocromáticas e de cópias e impressões.

Os equipamentos devem atender às especificações constantes na Tabela 1.

Tipo	Descrição
I	<b>Multifuncional laser Monocromática A4 (Tipo I)</b> Painel de toque a cores de 7 polegadas Suporte a impressão, cópia e scan de folhas até tamanho A4 ou maior Ciclo de trabalho mensal mínimo: 150000 ou maior Velocidade mínima de impressão duplex: 40 ipm ou superior Velocidade mínima de impressão: 55 ppm p&b A4 ou superior Tempo de aquecimento: 25s ou inferior Com suporte a ADF Tecnologia de impressão: laser monocromatica Suporte a impressão duplex automático Impressão por rede cabeada e Wifi Suporte a Windows, Linux e MAC OS <b>Mod. referência: ECOSYS MA5500IFX</b>
II	<b>Multifuncional laser Monocromática A4 (Tipo II)</b> Painel de controle com visor LCD de 5 linhas com teclado físico ou solução mais moderna Suporte a impressão, cópia e scan de folhas até tamanho A4 ou maior Ciclo de trabalho mensal: 50000 ou superior Velocidades de digitalização: Simples P&B/Colorido: a 300 dpi - 40 ipm/23 ipm; a 600 dpi - 18 ipm/7 ipm Duplex P&B/Colorido: a 300 dpi - 32 ipm/16 ipm Velocidade mínima de impressão: 34 ppm Com suporte a ADF Suporte a impressão duplex automático: Impressão frente e verso sem empilhamento padrão, com suporte a papéis do tipo A5, meio ofício, A4 até ofício (14 cm x 22 cm - 22 cm x 36 cm), de 60 a 163 g/m2 Impressão por rede cabeada e Wifi



	Suporte a Windows, Linux e MAC OS <b>Mod. Referência: ECOSYS M2040dn</b>
III	<b>Multifuncional Policromática A4 (Tipo III)</b> Suporte a impressão, cópia e scan de folhas até tamanho A4 Ciclo de trabalho mensal mínimo: 6000 Velocidade mínima do scanner: 12 ipm Velocidade mínima de impressão PB: 22 ppm Velocidade mínima de impressão colorida: 22 ppm Com suporte a ADF Suporte a impressão duplex automático Impressão por rede cabeada e Wifi Suporte a Windows, Linux e MAC OS <b>Mod. Referência: ECOSYS M5521cdw</b>
IV	<b>Multifuncional Policromática A3 (Tipo IV)</b> Suporte a impressão, cópia e scan de folhas até tamanho A4 Ciclo de trabalho mensal mínimo: 1000 Velocidade mínima do scanner: 16 ipm Velocidade mínima de impressão PB: 12 ipm Velocidade mínima de impressão colorida: 12 ipm Com suporte a ADF Suporte a impressão duplex automático Impressão por rede cabeada e Wifi Suporte a Windows, Linux e MAC OS <b>Mod. Referência: ECOSYS M8124cidn</b>

Tabela 1: Descrição simplificada do equipamento a ser instalado

#### 4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A empresa contratada deverá prestar o serviço por 12 meses, deverá fornecer, instalar e manter os equipamentos descritos na tabela 1 de modo a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação;



Item	Descrição	Qtde Equipamentos	Métrica ou unidade	Qtde. por equipamento	Qtde. mensal	Qtde. total 12 meses
1	Outsourcing de impressão, Páginas A4, monocromática, dentro da franquia, sem papel - Equipamento Tipo I	3	Páginas/mês	9834	29501	354012
2	Outsourcing de impressão, Páginas A4, monocromática, excedente a franquia, sem papel - Equipamento Tipo I	NA	Páginas	NA	25000	300000
3	Outsourcing de impressão, Páginas A4, policromática, dentro da franquia, sem papel - Equipamento Tipo III	3	Páginas/mês	2500	7500	90000
4	Outsourcing de impressão, Páginas A4, policromática, excedente a franquia, sem papel - Equipamento Tipo III	NA	Páginas	NA	5000	60000
7	Outsourcing de impressão, Páginas A3, policromática, dentro da franquia, sem papel - Equipamento Tipo IV	1	Páginas/mês	208	208	2500
8	Outsourcing de impressão, Páginas A3, policromática, excedente a franquia, sem papel - Equipamento Tipo IV	NA	Páginas	NA	833	10000

Tabela 1: Descrição da estimativa das quantidades de impressão previstas para um ano na Secretaria de Educação

## 5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Ao verificar o valor estimado definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos custos unitários menores ou iguais à média do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) foi possível encontrar descrição semelhante.



## 6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

De acordo com os orçamentos feitos o preço médio mensal é de R\$ 27.170,26 (vinte e sete mil e cento e setenta reais e vinte e seis centavos), perfazendo um valor total de R\$ 326.043,12 (trezentos e vinte e seis mil e quarenta e três reais e doze centavos) para o período de 12 (meses) de prestação de serviços;

Lote Único	Item	Quant.	Unidade	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
	1.	12	Serviço	Outsourcing de impressão, Páginas A4, monocromática, dentro da franquia, sem papel - Equipamento Tipo I	R\$ 7.523,01	R\$ 90.276,12
	2.	480.000	Página	Outsourcing de impressão, Páginas A4, monocromática, excedente a franquia, sem papel - Equipamento Tipo I	R\$ 0,27	R\$ 129.600,00
	Item	Quant.	Unidade	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
	3.	12	Serviço	Outsourcing de impressão, Páginas A4, policromática, dentro da franquia, sem papel - Equipamento Tipo III	R\$ 3.225,00	R\$ 38.700,00
	4.	108.000	Página	Outsourcing de impressão, Páginas A4, policromática, excedente a franquia, sem papel - Equipamento Tipo III	R\$ 0,46	R\$ 49.680,00
	Item	Quant.	Unidade	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
	5.	12	Serviço	Outsourcing de impressão, Páginas A3, policromática, dentro da franquia, sem papel - Equipamento Tipo IV	R\$ 407,68	R\$ 4.892,16
	6.	10.000	Página	Outsourcing de impressão, Páginas A3, policromática, excedente a franquia, sem papel - Equipamento Tipo IV	R\$ 1,29	R\$ 12.900,00
Valor total do lote: R\$ 326.048,28 (trezentos e vinte e seis mil e quarenta e oito reais e vinte e oito centavos).						



## **7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

Contratação, por 12 meses, de empresa especializada em gestão de impressão que ofereça o serviço de *outsourcing* de impressão, incluindo a manutenção e tintas e outros consumíveis (exceto papel) para as impressoras para prestação de serviços profissionais para o município de São Brás do Suaçuí/MG, destinados a impressão de documentos e fotocópias e impressão de material didático destinados aos alunos da rede municipal de ensino destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação. Objetiva-se a simplificação da gestão de impressão, reduzindo custos e aumentando a eficiência.

A contratação vai prever o fornecimento de solução continuada de impressão e cópia (*outsourcing* de impressão), sem disponibilização de operador (em alocação de mão de obra com dedicação exclusiva), com disponibilização dos equipamentos multifuncionais monocromáticos. A contratação também preverá o treinamento dos operadores no momento da instalação dos equipamentos e quando solicitado pela fiscalização do contrato.

Os equipamentos poderão ser novos ou seminovos, sendo possível a aceitação de equipamentos de fabricantes diferentes (similares) e com capacidade de impressão diferentes, desde que atendidos os requisitos descritos no Item 4 "Descrição dos Requisitos da Contratação" e que cumpram todas as especificações técnicas do Termo de Referência, incluindo assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de todas as peças, partes ou componentes necessários, bem como de todos os suprimentos e materiais de consumo, exceto papel.

## **8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO**

O parcelamento do objeto não se aplica, pois, a divisão do objeto acarretaria em prejuízos para o conjunto da solução, gerando atrasos e aumentando a complexidade dos contratos de impressão. Possivelmente aumentaria, também, os custos, pois prejudicaria a economia de escala.

## **9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

A contratação do objeto na quantidade estimada, atenderá as demandas conforme sustentadas nas motivações demonstradas no DFD.

Com a presente contratação é esperado manter a continuidade da prestação dos serviços corporativos de cópia, digitalização e impressão.





Manter ou melhorar a qualidade e disponibilidade da solução de impressão.

Reduzir os gastos com aquisição e manutenção de impressoras e com a compra de suprimentos.

Manter parque tecnológico de impressão atualizado de modo a acompanhar as inovações tecnológicas e os novos padrões de mercado, assim como promover a melhoria de produtividade, qualidade e economicidade, com melhoria dos índices de disponibilidade dos equipamentos.

Manter ou melhorar a relação com o meio ambiente através da ação de redução da quantidade de impressos e descarte adequado de resíduos;

Manter ou melhorar o controle e gestão dos documentos impressos e copiados, contabilização das impressões realizadas, visando controle e racionalização de custos;

Manter ou melhorar a agilidade no atendimento técnico, proporcionando maior nível de satisfação interno.

Manter ou melhorar a segurança no processo de impressão, proporcionado pela solução de administração.

Diminuir o desperdício ocasionado pelos equipamentos que continuam funcionando com problemas.

## **10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

Deve ser providenciada a infraestrutura necessária para viabilizar a instalação dos equipamentos no ato da contratação: incluindo pontos de tomada de energia e rede ethernet em 110v que consiga fornecer uma corrente de até 10A em cada local de instalação. Também se faz necessária a aquisição de papel no formato A4 na quantidade necessária e com gramatura menor ou igual a 90g/m².

## **11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

Não foram encontradas contratações correlatas ou interdependentes.

## **12 – IMPACTOS AMBIENTAIS**

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, considerando que a empresa contratada recolherá os cartuchos e embalagens e dará a correta



destinação aos mesmos.

### 13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Este Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução mostra-se viável tecnicamente e necessária. A escolha pela contratação somente para a **Secretaria de Educação** se deu pelo fato de ser a secretaria de maior demanda. Assim, não sendo possível para a equipe da administração suprir as necessidades de manutenção de forma a garantir a disponibilidade dos equipamentos da maneira necessária por um custo inferior ao da contratação por outsourcing. Já nas outras secretarias, a escolha foi pela compra de equipamentos próprios exatamente pela possibilidade da equipe própria conseguir manter a disponibilidade dos equipamentos a um custo inferior.

Diante do exposto e em estrita conformidade com o inciso VI do § 1º da Lei 14.133/2021, apresentamos o orçamento estimativo final para a contratação. Este orçamento compõe integralmente o projeto em questão, assegurando transparência e adequação às normas legais, conforme a previsibilidade apresentada abaixo:

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação

- Função: 12 - Educação

- Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

- Projeto/Atividade: 0211 – Manutenção do Ensino Fundamental

- Conta: 3.3.90.39.00 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

- Fonte: 1.500 – Recursos não vinculados de impostos.

- Fonte: 1.550 – Transferência do Salário - Educação

- Fonte: 1.573 – Royalties Petróleo Gás Natural Educação

	Item	Qtde Equipa-mentos	Métrica ou unidade	Qtde. por equipa-mento	Qtde. mensal	Qtde. total 12 meses	Descrição	Preço Médio Unitário	Preço Médio Total
<b>Lote Único</b>	<b>1.</b>	<b>3</b>	<b>Páginas/mês</b>	<b>4917</b>	<b>14751</b>	<b>177012</b>	Outsourcing de impressão, Páginas A4, monocromática, dentro da franquía, sem papel -	<b>0,51</b>	<b>7.523,01</b>



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ  
ESTADO DE MINAS GERAIS

							Equipamento Tipo I		
	2.	NA	Páginas	NA	40000	480000	Outsourcing de impressão, Páginas A4, monocromática, excedente a franquia, sem papel Equipamento Tipo I	0,27	10.800,00
	Item	Qtde Equipa- mentos	Métrica ou unidade	Qtde. por equipa- mento	Qtde. mensal	Qtde. total 12 meses	Descrição	Preço Médio Unitário	Preço Médio Total
	3.	3	Páginas/ mês	1250	3750	45000	Outsourcing de impressão, Páginas A4, policromática, dentro da franquia, sem papel Equipamento Tipo III	0,86	3.225,00
	4.	NA	Páginas	NA	9000	108000	Outsourcing de impressão, Páginas A4, policromática, excedente a franquia, sem papel Equipamento Tipo III	0,46	4.140,00
	Item	Qtde Equipa- mentos	Métrica ou unidade	Qtde. por equipa- mento	Qtde. mensal	Qtde. total 12 meses	Descrição	Preço Médio Unitário	Preço Médio Total
	5.	1	Páginas/ mês	208	208	2500	Outsourcing de impressão, Páginas A3, policromática, dentro da franquia, sem papel Equipamento Tipo IV	1,96	407,68
	6.	NA	Páginas	NA	833	10000	Outsourcing de impressão, Páginas A3, policromática, excedente a franquia, sem papel Equipamento Tipo IV	1,29	1.074,57



**Valor total do lote: R\$ 27.170,26 (vinte e sete mil e cento e setenta reais e vinte e seis centavos).**

**14 – ASSINATURAS**

---

**Rosa Cristina Souza Franco**  
**Diretora da Secretaria Municipal de**  
**Educação**

---

**Paulo Henrique S. Cardoso**  
**Analista de Sistema**



**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2024**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2024**  
**EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 02/2024**

**- ANEXO II -**

**MODELO DE PROPOSTA PADRONIZADA**

À  
Prefeitura Municipal de São Brás do Suaçuí

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2024**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2024**  
**EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 02/2024**

**1. PROPONENTE**

**Empresa:**

**CNPJ:**

**Endereço:**

**Cidade:**

**UF:**

**CEP:**

**Telefone:**

**E-mail:**

**Sócio Proprietário/Representante Legal:**

**CPF:**

**RG:**

**2. VALOR PROPOSTO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Apresentamos nossa proposta para prestação de serviços de impressão (outsourcing), com fornecimento de equipamentos, manutenção corretiva e preventiva com substituição de peças, fornecimento de peças, componentes, suprimentos, demais materiais utilizados, insumos/consumíveis, exceto papel, sistema de gerenciamento de impressões, instalação, para atender às necessidades de impressão, digitalização e reprografia de documentos da Secretaria Municipal de Educação do Município de São Brás do Suaçuí/MG acatando todas as estipulações e exigências consignadas no Edital, conforme descrito abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ  
ESTADO DE MINAS GERAIS

<b>Lote Único</b>	Item	Quant.	Unidade	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
	7.	12	<b>Serviço</b>	Outsourcing de impressão, Páginas A4, monocromática, dentro da franquía, sem papel. Disponibilização de três equipamentos tipo I. Máximo de páginas 14.751.		
	8.	480.000	<b>Página</b>	Outsourcing de impressão, Páginas A4, monocromática, excedente a franquía, sem papel. Disponibilização de três equipamentos tipo I.		
	Item	Quant.	Unidade	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
	9.	12	<b>Serviço</b>	Outsourcing de impressão, Páginas A4, policromática, dentro da franquía, sem papel. Disponibilização de três equipamentos tipo III. Máximo de páginas 3.750.		
	10.	108.000	<b>Página</b>	Outsourcing de impressão, Páginas A4, policromática, excedente a franquía, sem papel. Disponibilização de três equipamentos tipo III.		
	Item	Quant.	Unidade	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
	11.	12	<b>Serviço</b>	Outsourcing de impressão, Páginas A3, policromática, dentro da franquía, sem papel. Disponibilização de um equipamento tipo IV. Máximo de páginas 280.		
	12.	10.000	<b>Página</b>	Outsourcing de impressão, Páginas A3, policromática, excedente a franquía, sem papel. Disponibilização de um equipamento tipo IV.		



**Observação:**

Nos preços estarão inclusas todas as despesas que possam recair sobre a prestação dos serviços, inclusive embalagem, frete, carregamento e descarregamento, tributos e encargos sociais, com fornecimento de equipamentos, manutenção corretiva e preventiva com substituição de peças, fornecimento de peças, componentes, suprimentos, demais materiais utilizados, insumos/consumíveis, exceto papel, sistema de gerenciamento de impressões, instalação, para atender às necessidades de impressão, digitalização e reprografia de documentos da Secretaria Municipal de Educação do Município de São Brás do Suaçuí/MG.

**3. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA**

O prazo de validade da proposta é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias corridos, contados da abertura dos envelopes contendo as propostas de preços.

**4. DADOS BANCÁRIOS**

Informar, caso seja necessário crédito em conta no Banco do Brasil:

- a) número da agência: .....
- b) número da conta: .....
- c) (    ) via boleto bancário.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal da empresa)  
Nome e Cargo



**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2024**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2024**  
**EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 02/2024**

**- ANEXO III -**

**DECLARAÇÃO UNIFICADA**

O abaixo assinado, responsável pela empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., sediada na cidade de ..... (.....), com endereço à Rua/Av. ...., nº ..... - Bairro ....., DECLARA, para fins de participação neste procedimento licitatório, e em cumprimento à legislação e aos regulamentos vigentes, aos quais se submete, declara que:

1. Que o edital e seus anexos foram colocados à nossa disposição, e tomamos conhecimento de todas as informações, condições, locais e grau de dificuldade para execução do objeto da licitação;

2. Que as propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes, no site: <https://saobrasdosuacui.licitapp.com.br//>

3. Que deverá apresentar os documentos para habilitação em <https://saobrasdosuacui.licitapp.com.br//>, sob pena de inabilitação;

4. Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no edital supracitado, nos termos da Lei Federal de nº 14.133/21.

5. Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para participação e habilitação de nossa empresa na presente licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar, caso ocorram fatos posteriores que nos inabilite a participar de licitações;

6. Que a empresa não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública;

7. Que não foi declarada inidônea pelo Poder Público, em nenhuma esfera;

8. Que não existe fato impeditivo à sua habilitação no Município de São Brás do Suaçuí, Estado de Minas Gerais;





9. Que não possui, entre os proprietários, nenhum titular de mandato eletivo;
10. Que os sócios da empresa, bem como gerentes e diretores não cônjuges, companheiros (as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau do Pregoeiro e Equipe de Apoio;
11. Que estar ciente da responsabilidade de informar formalmente sobre qualquer alteração e de verificar periodicamente o correio eletrônico, sabendo que o conteúdo dos e-mails encaminhados entre as partes produzirão total validade jurídica;
12. Que não possui no quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República de 1988;
13. Que esta empresa é considerada ( ) **MICROEMPRESA** / ( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** / ( ) **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme Incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006. Obs: assinalar com "X" a opção da empresa;
14. Que a proposta anexa foi elaborada de maneira independente e que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; que a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico quanto a participar ou não da referida licitação; que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico antes da adjudicação do objeto da referida licitação; que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da contratante antes da abertura oficial das propostas.
15. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
16. Que a proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ  
ESTADO DE MINAS GERAIS



ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, no teor do art. 63, §1º, da Lei Federal de nº 14.133/21.

17. Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Local de data \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura e identificação do declarante



- ANEXO IV -

**MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 15/2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/2024**

**O MUNICÍPIO DE SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, por sua Prefeitura sediada na Avenida Doutor Aprígio Ribeiro de Oliveira, nº 150, Centro, São Brás do Suaçuí, MG, inscrita no CNPJ sob o nº 20.356.754/0001-96, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Geraldino Pacheco de Oliveira Filho, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro a \_\_\_\_\_, Pessoa Jurídica de direito privado que atua no ramo de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, com sede na cidade de \_\_\_\_\_, estabelecida na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, representada neste ato por seu sócio \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, que se regerá pelas cláusulas e condições previstas no instrumento convocatório e as constantes deste Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes das Lei Federal nº 14.133/21 e demais legislações aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1-** Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de impressão (outsourcing), com fornecimento de equipamentos, manutenção corretiva e preventiva com substituição de peças, fornecimento de peças, componentes, suprimentos, demais materiais utilizados, insumos/consumíveis, exceto papel, sistema de gerenciamento de impressões, instalação, para atender às necessidades de impressão, digitalização e reprografia de documentos da Secretaria Municipal de Educação do Município de São Brás do Suaçuí/MG, discriminados e constantes na tabela a seguir.



**1.2-** Conforme proposta da Contratada, ficam estabelecidos, ajustados e registrados os valores abaixo relacionados para o efetivo fornecimento do objeto:

<b>Tipo</b>	<b>Descrição</b>
<b>I</b>	<b>Multifuncional laser Monocromática A4 (Tipo I)</b> Painel de toque a cores de 7 polegadas Suporte a impressão, cópia e scan de folhas até tamanho A4 ou maior Ciclo de trabalho mensal mínimo: 150000 ou maior Velocidade mínima de impressão duplex: 40 ipm ou superior Velocidade mínima de impressão: 55 ppm p&b A4 ou superior Tempo de aquecimento: 25s ou inferior Com suporte a ADF Tecnologia de impressão: laser monocromatica Suporte a impressão duplex automático Impressão por rede cabeada e Wifi Suporte a Windows, Linux e MAC OS <b>Mod. referência: ECOSYS MA5500IFX</b>
<b>II</b>	<b>Multifuncional laser Monocromática A4 (Tipo II)</b> Painel de controle com visor LCD de 5 linhas com teclado físico ou solução mais moderna Suporte a impressão, cópia e scan de folhas até tamanho A4 ou maior Ciclo de trabalho mensal: 50000 ou superior Velocidades de digitalização: Simples P&B/Colorido: a 300 dpi - 40 ipm/23 ipm; a 600 dpi - 18 ipm/7 ipm Duplex P&B/Colorido: a 300 dpi - 32 ipm/16 ipm Velocidade mínima de impressão: 34 ppm Com suporte a ADF Suporte a impressão duplex automático: Impressão frente e verso sem empilhamento padrão, com suporte a papéis do tipo A5, meio ofício, A4 até ofício (14 cm x 22 cm - 22 cm x 36 cm), de 60 a 163 g/m2 Impressão por rede cabeada e Wifi Suporte a Windows, Linux e MAC OS <b>Mod. Referência: ECOSYS M2040dn</b>



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ  
ESTADO DE MINAS GERAIS



III	<b>Multifuncional Policromática A4 (Tipo III)</b> Suporte a impressão, cópia e scan de folhas até tamanho A4 Ciclo de trabalho mensal mínimo: 6000 Velocidade mínima do scanner: 12 ipm Velocidade mínima de impressão PB: 22 ppm Velocidade mínima de impressão colorida: 22 ppm Com suporte a ADF Suporte a impressão duplex automático Impressão por rede cabeada e Wifi Suporte a Windows, Linux e MAC OS <b>Mod. Referência: ECOSYS M5521cdw</b>
IV	<b>Multifuncional Policromática A3 (Tipo IV)</b> Suporte a impressão, cópia e scan de folhas até tamanho A4 Ciclo de trabalho mensal mínimo: 1000 Velocidade mínima do scanner: 16 ipm Velocidade mínima de impressão PB: 12 ipm Velocidade mínima de impressão colorida: 12 ipm Com suporte a ADF Suporte a impressão duplex automático Impressão por rede cabeada e Wifi Suporte a Windows, Linux e MAC OS <b>Mod. Referência: ECOSYS M8124cidn</b>

Lote Único	Item	Quant.	Unidade	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
	1.	12	Serviço	Outsourcing de impressão, Páginas A4, monocromática, dentro da franquia, sem papel. Disponibilização de três equipamentos tipo I. Máximo de páginas 14.751.		
	2.	480.000	Página	Outsourcing de impressão, Páginas A4, monocromática, excedente a franquia, sem papel. Disponibilização de três equipamentos tipo I.		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ  
ESTADO DE MINAS GERAIS



Item	Quant.	Unidade	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
3.	12	Serviço	Outsourcing de impressão, Páginas A4, policromática, dentro da franquia, sem papel. Disponibilização de três equipamentos tipo III. Máximo de páginas 3.750.		
4.	108.000	Página	Outsourcing de impressão, Páginas A4, policromática, excedente a franquia, sem papel. Disponibilização de três equipamentos tipo III.		
Item	Quant.	Unidade	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
5.	12	Serviço	Outsourcing de impressão, Páginas A3, policromática, dentro da franquia, sem papel. Disponibilização de um equipamento tipo IV. Máximo de páginas 280.		
6.	10.000	Página	Outsourcing de impressão, Páginas A3, policromática, excedente a franquia, sem papel. Disponibilização de um equipamento tipo IV.		

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DECORRENTES DO CONTRATO**

**2.1-** A critério do Município, respeitada a ordem de classificação e o número de fornecedores a terem seus preços registrados, a Coordenadoria de Contratos convocará os proponentes classificados para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, assinar o Contrato, observado o prazo de validade da proposta, sob pena de decair do direito a ter seu preço registrado, na forma do estabelecida na Lei Federal de nº 14.133/21.



**2.2-** O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 15/2024, na modalidade Pregão Eletrônico de nº 02/2024, ao qual se encontra vinculado.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

**3.1-** O valor global estimado do presente Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_).

### **CLÁUSULA QUARTA - GERENCIAMENTO DO CONTRATO**

**4.1-** O gerenciamento deste Contrato será realizado pelo Diretor (a) responsável pela Secretaria Municipal de Educação do Município.

**4.2-** A Administração Municipal indicará os responsáveis que atuarão como gestores/fiscais do Contrato.

### **CLÁUSULA QUINTA - DA VALIDADE**

**5.1-** O presente Contrato tem validade de \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias/meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal a partir da publicação de seu extrato.

### **CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**6.1-** Os pagamentos serão realizados no prazo de até 30 (trinta) dias, respeitando à ordem cronológica de pagamentos, a contar do recebimento definitivo dos serviços e emissão da respectiva nota fiscal acompanhada das correspondentes requisições.

**6.2-** A Nota Fiscal somente será liberada quando ocorrer o cumprimento efetivo e entrega dos serviços em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal, inclusive devendo discriminar as retenções e respectivas bases de incidência referentes à INSS e ISSQN, quando for o caso, na forma da legislação aplicável.



**6.2.1-** As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas ao Fornecedor e seu vencimento ficará prorrogado pelo prazo que durar o saneamento das incorreções.

**6.2.2-** O pagamento será feito mediante crédito em conta no Banco do Brasil S/A, cuja titularidade seja da empresa Contratada e/ou via boleto bancário.

**6.3-** Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

**6.4-** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**6.5-** Constatadas irregularidades na prestação dos serviços, o pagamento ficará sobrestado até que sejam apuradas as responsabilidades pelas irregularidades, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE POR DANOS**

**7.1-** O Fornecedor responderá por todo e qualquer dano provocado ao Município, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo Município, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas neste Contrato.

**7.2-** Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pelo Município, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo Fornecedor, de obrigações a ele atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo Município a terceiros, multas, penalidades,





emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

**7.3-** Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade do Fornecedor for apresentada ou chegar ao conhecimento do Município, este comunicará ao Fornecedor por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar ao Município a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo Fornecedor não o eximem das responsabilidades assumidas perante o Município, nos termos desta cláusula.

**7.4-** Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas pelo Município, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pelo Fornecedor, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao Município, mediante a adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos do Fornecedor;
- b) medida judicial apropriada, a critério do Município.

## **CLÁUSULA OITAVA - DOS PROCEDIMENTOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**8.1-** O Encarregado do Setor de Compras da Prefeitura Municipal, durante a vigência do presente Contrato, expedirá as Ordens de Compra que, depois de empenhadas, serão remetidas ao Fornecedor para a prestação dos serviços, obedecidas as disposições do Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2024.

**8.2-** As Ordens de Compra e as Notas de Empenho são os documentos hábeis para aperfeiçoar o cumprimento das obrigações do presente Contrato e conterão:

- a) a descrição, as especificações dos produtos e as quantidades solicitadas;
- b) o prazo de entrega dos produtos;
- c) o valor unitário e total a ser pago em decorrência do fornecimento a ser realizado;
- d) o local de entrega do(s) produto(s).



**8.3-** Não será admitida a entrega do(s) produto(s) pelo Fornecedor sem prévia emissão da Nota de Empenho e da Ordem de Compra.

## **CLÁUSULA NONA - DOS PRAZOS, DO LOCAL E DA FORMA DE ENTREGA**

**9.1-** A prestação dos serviços objeto deste Contrato deverá ser prestados de forma parcela e na medida das necessidades da Secretaria Municipal de Educação quando requisitados, para entrega nos locais indicados pela Secretaria Municipal através de requisição própria.

**9.2-** Os serviços deverão ser prestados no Município especificamente no local indicado na Ordem de Compra expedida pela Prefeitura Municipal, podendo ser tanto na zona urbana quanto na zona rural do Município correndo por conta da Contratada, as despesas decorrentes da prestação do serviço, entre elas o transporte, embalagem, taxas e impostos, embarque e desembarque da mercadoria, mão de obra e seus encargos sociais, fornecimento de equipamentos, manutenção corretiva e preventiva com substituição de peças, fornecimento de peças, componentes, suprimentos, demais materiais utilizados, insumos/consumíveis, exceto papel, sistema de gerenciamento de impressões, instalação, para atender às necessidades de impressão, digitalização e reprografia de documentos da Secretaria Municipal de Educação do Município de São Brás do Suaçuí/MG.

**9.3-** Os serviços deverão ser entregues no momento em que a Secretaria Municipal de Educação necessitar, respeitando o que consta no item 9.1.

**9.4-** Os serviços serão prestados sob a responsabilidade exclusiva da Contratada, que deverá atender às normas expedidas pelos órgãos que regulamentam tal fornecimento.

**9.5-** A Contratada obriga-se a entregar os serviços de acordo com as especificações discriminadas no Termo de Referência/Descrição do Objeto (**Anexo I**) do Edital do Pregão Eletrônico n.º 02/2024, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

**9.6-** A expedição dos serviços se dará mediante recebimento da Ordem de Compra a ser expedida pelo encarregado do Setor de Compras da Prefeitura Municipal, ficando vedada



a venda ou entrega quando a Ordem de Compra ou de fornecimento se der por servidor que não faça parte do Setor de Compras.

**9.7-** O Fornecedor se obriga a cumprir todas as condições e prazos fixados neste Contrato.

**9.8-** No curso do contrato, o Contratante poderá alterar a localização dos pontos de atendimento, inclusive a área utilizada pela Contratada. A empresa contratada deve ter uma equipe técnica qualificada e experiente para fornecer suporte técnico de qualidade, garantindo que os equipamentos estejam sempre funcionando corretamente e que quaisquer problemas sejam resolvidos em, no máximo, 1 dia útil.

**9.9-** Para a execução dos serviços a empresa deverá dispor de infraestrutura de produção de documentos e fornecerá equipamentos que deverão estar em perfeitas condições de uso, assim como o fornecimento de materiais de consumo, exceto papel.

**9.10-** As impressoras deverão estar conectadas na rede do local onde estiverem instaladas (preferencialmente por wifi), com IP fixado tanto no equipamento, quanto pela equipe de TI que deverá indicar o IP a ser usado em cada equipamento previamente.

**9.11-** Nos preços apresentados deverão estar incluídas todas as despesas com mão de obra, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas, diretas e indiretas, inclusive lucro, necessários à perfeita execução dos serviços.

**9.12-** O controle de custos deverá ser feito sem o uso de equipamento do contratante e deverá ser fornecido, pela contratada, acesso (leitura somente) ao sistema de controle de impressões para fiscalização e conferência a quantos usuários forem solicitados pela Administração Municipal.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CRITÉRIOS E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITABILIDADE DO OBJETO**

**10.1-** Os serviços serão provisoriamente recebidos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data do recebimento, pelo servidor responsável da Prefeitura Municipal.



**10.2-** Por ocasião da entrega dos serviços, o Fornecedor deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número da identidade do servidor da Administração responsável pelo recebimento.

**10.3-** Constatadas irregularidades nos serviços prestados a Administração Municipal poderão:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-los no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**10.4-** Nas hipóteses de substituição ou complementação, o Fornecedor deverá fazê-las em conformidade com a indicação da Administração Municipal, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da notificação por escrito, sem alteração no preço.

**10.5-** O recebimento definitivo dos serviços dar-se-á no prazo de 02 (dois) dias úteis após o recebimento provisório, uma vez verificadas as perfeitas condições dos serviços recebidos, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou recibo, firmado pelo servidor responsável.

**10.6-** O gestor/fiscal do presente Contrato da Prefeitura Municipal não aceitará nem receberá qualquer produto com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes deste Contrato ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo ao Fornecedor efetuar as substituições necessárias no prazo determinado neste Contrato ou outro definido pelo gestor/fiscal do Contrato, sob pena de aplicação das sanções legais ou de rescisão.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**I -** Cumprir fielmente o objeto pactuado neste Contrato, de forma que os serviços sejam prestados com esmero e perfeição, executando-o sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.



**II** - Responder, integral e exclusivamente por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza causados direta ou indiretamente, por seus empregados, representantes ou prepostos aos bens da Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto contratado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade pela fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura Municipal.

**III** - Arcar com todos os prejuízos resultantes de ações judiciais a que a Prefeitura Municipal for compelida a responder por força da futura contratação, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios.

**IV** - Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a prestação dos serviços do objeto contratado.

**V** - Entregar os serviços contratados somente com prévia autorização da Prefeitura Municipal.

**VI** - Indicar, imediatamente após a assinatura do Contrato e sempre que ocorrer alteração, um Preposto com plenos poderes para representá-la, administrativa ou judicialmente, assim como decidir acerca de questões relativas aos produtos solicitados.

**VII** - Fornecer números telefônicos, números de pager ou outros meios igualmente eficazes, para contato da Prefeitura Municipal com o Preposto.

**VIII** - Reparar, corrigir, remover, substituir ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços nos quais forem detectados defeitos, vícios ou incorreções resultantes da prestação dos serviços realizados, imediatamente ou no prazo estabelecido, sem qualquer custo adicional para a Prefeitura Municipal.

**IX** - Entregar os serviços objeto do Contrato dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados.

**X** – Prestar os serviços solicitados cumprindo rigorosamente as especificações constantes deste Contrato, as normas da ABNT e dos fabricantes, e as normas internacionais



consagradas, na falta de regulamentação pela ABNT.

**XI** - Cumprir os prazos previstos no Contrato ou outros que venham a ser fixados pela Prefeitura Municipal.

**XII** - Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução da prestação dos serviços objeto do Contrato, durante toda a sua vigência, a pedido da Prefeitura Municipal.

**XIII** - Assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização dos serviços objeto do Contrato pela equipe ou Comissão instituída pela Prefeitura Municipal, durante a sua execução.

**XIV** - Manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Prefeitura Municipal, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a continuidade da contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado.

**XV** - Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no Edital, e suas cláusulas, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos serviços e dos resultados obtidos, preservando a Prefeitura Municipal de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade do Fornecedor.

**XVI** - Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços prestados, substituindo, de imediato, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes do Contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão.

**XVII** - Encaminhar à Prefeitura Municipal, juntamente com a nota fiscal/fatura, os documentos comprobatórios da manutenção das condições de habilitação ou qualificação exigidas na licitação, especialmente cópias das certidões de regularidade junto ao FGTS, à seguridade social, entre outras, cuja autenticidade será confirmada nos sites dos órgãos



emissores pelo gestor/fiscal do Contrato ou outro servidor designado pela Prefeitura Municipal.

**XVIII** - Manter, durante a vigência do presente Contrato, os preços propostos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO**

**I** - Fornecer todos os esclarecimentos necessários à perfeita execução do objeto deste Contrato.

**II** - Acompanhar e fiscalizar os produtos fornecidos, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte do Fornecedor.

**III** - Realizar o pagamento dos valores contratados pelos produtos efetivamente entregues no prazo e nas condições pactuadas.

**IV** - Emitir, por meio do Setor de Compras, a Ordem de Compra.

**V** - Expedir, por meio das Secretarias Municipais requisitantes, atestado de inspeção dos produtos entregues, que servirá como instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos.

**VI** - Atestar a execução do objeto fornecido no documento correspondente.

**VII** - Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços objeto desta licitação, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade do Fornecedor pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

**VIII** - Sustar, no todo ou em parte, a prestação dos serviços, sempre que a medida for considerada necessária.



**IX** - Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a prestação dos serviços.

**X** - Rescindir unilateralmente o Contrato nos casos especificados no art. 138, da Lei n.º 14.133.21

**XI** - Arcar com as despesas de publicação do extrato do Contrato.

**XII** - Notificar o Fornecedor, por meio do gestor/fiscal, sobre qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento das obrigações, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.

**XIII** - Rejeitar todo e qualquer produto de má qualidade ou em desconformidade com as especificações exigidas no Termo de Referência/Descrição do Objeto (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n.º 02/2024).

**XIV** - Efetuar o recebimento provisório do objeto, bem como o recebimento definitivo, por meio da Secretaria Municipal requisitante, a saber:

a) provisoriamente: o servidor designado como gestor/fiscal receberá o(s) produto(s) para verificação e, encontrando irregularidade, fixará prazo para correção, ou, se aprovado(s), emitirá recibo;

b) definitivamente: após recebimento provisório, será verificada a integridade da execução do objeto, e sendo aprovado(s), será efetivado o recebimento definitivo, com aposição de assinatura nas vias do Documento Auxiliar da NF-e (Danfe) ou na Nota Fiscal.

**XV** - Recusar qualquer serviço que apresente incorreções de qualquer natureza, ficando as correções às custas do Fornecedor, inclusive material e/ou horas gastas no trabalho.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES**





**13.1-** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas neste instrumento pela Contratada caracterizará a inadimplência, sujeitando-a as seguintes penalidades:

**13.1.1-** Advertência;

**13.1.2-** Multa nos seguintes percentuais, aplicáveis na ocorrência ou descumprimento das cláusulas:

**13.1.2.1-** Em caso de atraso superior a 24 (vinte e quatro) horas no fornecimento dos produtos, depois de recebida a Ordem de Compra, a Contratada pagará multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor global estimado do Contrato, limitado a 3,5% (três vírgula cinco por cento) e o prazo de 07 (sete) dias.

**13.1.2.2-** Ultrapassado o prazo de sete dias previsto na cláusula **13.1.2.1**, a Administração Municipal poderá rescindir o Contrato e aplicar a multa de **20% (vinte por cento)** incidente sobre o valor global estimado do Contrato, acumulado com a multa prevista na cláusula **13.1.2.1**.

**13.1.2.3- Multa de 30% (trinta por cento)** incidente sobre o valor global estimado do Contrato na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) não atendimento das especificações dos produtos que acarrete perda dos mesmos ou acarrete atraso no atendimento ao cardápio da Secretaria requisitante;
- b) não atendimento das especificações dos produtos sem que a Contratada providencie a substituição ou complementação dos mesmos;
- c) não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei 14.133/21, com alterações, ou neste Contrato e não abrangida nos incisos anteriores.

**13.1.2.4-** Na hipótese da Contratada, injustificadamente, desistir da entrega do produto solicitado ou desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão por culpa ou dolo, lhe será



aplicada multa no valor de **35% (trinta e cinco por cento)** incidente sobre o valor global estimado do Contrato.

**13.2-** As penalidades serão aplicadas pelo Prefeito Municipal, de ofício ou mediante proposta do responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato.

**13.3-** As multas são excludentes e independentes e não eximem o Fornecedor da plena execução dos fornecimentos contratados.

**13.4-** O valor das multas aplicadas será deduzido do crédito que o Fornecedor possuir junto à Prefeitura Municipal, se não houver recurso ou se o mesmo estiver definitivamente denegado.

**13.5-** A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 14.133/21, inclusive a responsabilização do Fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração Municipal.

**13.6-** No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**13.7-** As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá o Fornecedor de ser acionado judicialmente para responder pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao Município, decorrentes das infrações cometidas.

**13.8-** O valor da multa aplicada ao Fornecedor, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor do Município ficando o Fornecedor obrigado a comprovar o pagamento mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

**13.9-** Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês ou fração, inclusive referente ao mês da quitação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a



data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

**13.10-** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal por prazo de até 02 (dois) anos.

**13.11-** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**13.12-** Constituem motivo para rescisão do presente Contrato:

I - não cumprimento de cláusulas, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão no início da prestação dos serviços;

IV - o atraso injustificado no início da prestação dos serviços;

V - a paralisação da prestação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no Contrato;

VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;

VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na Lei Federal do nº 14.133/21.

IX - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;



X - a dissolução da sociedade;

XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato;

XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

XIII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

XIV - descumprimento da Lei Federal de nº 14.133/21, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

**13.13-** Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**13.14-** A rescisão do Contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e, escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII da cláusula anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

**13.15-** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO**



**14.1-** Este Contrato poderá ser rescindida por ato unilateral da Prefeitura Municipal, devidamente justificado, quando o interesse público assim o justificar, sem indenização ao Fornecedor, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante, conforme art. 138, da NLL.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

**15.1-** As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento vigente do exercício financeiro de 2024:

02.007.002.12.361.0211.2.028 – Manutenção do Ensino Fundamental;

Elemento da Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.1-** A Contratada fica obrigada a, durante a vigência deste Contrato, atender a todos os pedidos de prestação de serviços, não se admitindo a procrastinação da prestação dos serviços, a que título for, salvo casos fortuitos ou de força maior que independam da sua vontade.

**16.2-** A recusa da Contratada em retirar a Nota de Empenho e a Ordem de Compra ou descumprir os prazos de entrega estabelecidos neste Contrato caracterizará inexecução total e acarretará a aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

**16.3-** A prestação de serviços decorrentes deste Contrato serão para todos os fins de direito, tratados como contratações autônomas e independentes.

**16.4-** A tolerância da Prefeitura Municipal com qualquer atraso ou inadimplência por parte do Fornecedor não importará de forma alguma em alteração contratual ou novação.

**16.5-** Compete aos responsáveis indicados pela Administração Pública a responsabilidade pela gestão (acompanhamento) e pela fiscalização deste Contrato (artigo 117, Lei n.º 14.133/21).



**16.6-** Este Contrato rege-se pelos preceitos de direito público, em especial as disposições da Lei n.º 14.133/21, aplicando-se lhe, ainda, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**16.7-** Serão transcritos os termos e especificações do Termo de Referência/Descrição do Objeto (Anexo I) do Edital do Processo Licitatório n.º 15/2024, na modalidade Pregão Eletrônico n.º 02/2024, seu teor e forma.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS SUBSÍDIOS PARA INTERPRETAÇÃO DO CONTRATO**

**17.1-** Aplica-se na interpretação do presente Contrato as disposições do Edital do Processo Licitatório n.º 15/2024, na modalidade Pregão Eletrônico de n.º 02/2024, com todos os seus anexos e as disposições contidas na 14.133/21 e suas alterações sobre qualquer outra norma, aplicando-se ainda, em caso de omissão no Edital e na Lei Nacional de Licitações as disposições contidas nas normas que regem os contratos públicos e em última instância, as disposições constantes do Código Civil.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO**

**18.1-** O extrato do presente Contrato será publicado, conforme o disposto na Lei Federal de n.º 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

**19.1-** O Contrato poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação nas seguintes hipóteses:

**19.1.1-** Pelo Município quando:

a) O Fornecedor não cumprir as exigências contidas no Edital ou no Contrato;



b) O Fornecedor, injustificadamente, deixar de firmar o Contrato decorrente do Pregão Eletrônico;

c) O Fornecedor der causa à rescisão administrativa do Contrato decorrente do Pregão Eletrônico, por um dos motivos elencados no artigo 138 e incisos da Lei n.º 14.133/21 e alterações posteriores;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma da Lei Federal de nº 14.133/21, e alterações posteriores.

**19.1.2-** Pelo Fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Contrato.

**19.2-** O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

**19.3-** A comunicação do cancelamento do registro do Fornecedor, nos casos previstos, será feita por escrito, juntando-se o comprovante do recebimento.

**19.4-** No caso do Fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação em síntese, no "Diário Oficial Eletrônico do Município considerando-se cancelado o registro do Fornecedor a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

**19.5-** A solicitação do Fornecedor para cancelamento do Contrato, não o desobriga do fornecimento dos produtos, até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultado ao Município a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório ou no Contrato, caso não aceitas as razões do pedido.



## CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

**20.1-** As partes elegem o foro da Comarca de Entre Rios de Minas (MG) para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais especial que seja.

E por estarem justos e contratados as partes assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que o assinam, para que produza todos os efeitos legais.

São Brás do Suaçuí, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Geraldino Pacheco de Oliveira Filho  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
Representante legal da contratada  
Nome da empresa contratada

### GESTOR DO CONTRATO

### FISCAL DO CONTRATO

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:  
Município de São Brás do Suaçuí

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:  
Município de São Brás do Suaçuí

### Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Doc.:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Doc.: